

APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC

Luiz Victor Pittella Siqueira¹
Maristela Parise de Lima²
Julie Rossato Fagundes³

Área 7 – Desenvolvimento Regional e Urbano

RESUMO

A proposta desse trabalho constitui-se na análise de indicadores quantitativos dos municípios que integram a Associação dos municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). Apresenta-se algumas reflexões sobre os paradigmas de desenvolvimento, destacando as vertentes com concepções mais sustentáveis e solidárias. Para possibilitar uma análise comparativa do município de Guatambu em relação a outros municípios de sua região, apresenta-se as associações de municípios catarinenses, que são consorciamentos intermunicipais que formulam importantes estratégias para enfrentar questões ligadas à gestão municipal e ao desenvolvimento econômico-social, por meio da construção de uma identidade político-territorial. Assim sendo, apresenta-se os indicadores socioeconômicos da Amosc, que é associação de municípios a qual Guatambú pertence, a partir de dados secundários do IBGE Cidades, como o Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), Padrão de Remuneração da Força de Trabalho, Número de Empregadores por Habitantes, População Ocupada, População Residente, Situação dos Domicílios Urbanos e Rurais, Índice de Gini e Pobreza desses municípios. Guatambu, apresenta 61,32% do valor adicionado bruto proveniente da indústria, além disso, as pessoas ocupadas nesse citado segmento representam 18,59% do total. Dessa forma, pode-se inferir que há potencialidade nas indústrias desse município. Por ser tipicamente industrial, Guatambu poderá encontrar nos municípios vizinhos (tipicamente rurais) formas de suprir a sua necessidade de possíveis produtos agropecuários, além de um terreno fértil para comercialização de industrializados. Contudo, Guatambu apresentou a maior porcentagem de pessoas sem rendimento (35,89%) no total da População residente em domicílios particulares permanentes e apenas 49,43% do total da população, assim demarcando uma significativa ociosidade de potenciais trabalhadores. A partir da análise desses dados, foi possível identificar que o município de Guatambu possui potencial de desenvolvimento, especialmente se atrelado a iniciativas

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul. victor@uffs.edu.br

² Universidade Federal da Fronteira Sul. maristelapalise@uffs.edu.br

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. jurfagundes@hotmail.com

empreendedoras, que gerem novos empregos e possibilitem renda aos habitantes. Entretanto, essas iniciativas devem ser de base cooperativa e solidária, visando resgatar elementos históricos e culturais, que se apresentam com maior potencial de apropriação e distribuição local da renda gerada por seus agentes econômicos.

Palavras-chave: Indicadores. Desenvolvimento. AMOSC. Guatambu.

INTRODUÇÃO

Identificar o potencial de desenvolvimento de um município requer o entendimento sobre um conjunto de fatores, como sua constituição histórica, cultural, seus recursos naturais, infraestrutura rural e urbana, localização geográfica, estrutura produtiva, características populacionais e demográficas, entre outros elementos que conjuntamente exigiriam uma análise complexa. Todavia, este trabalho busca analisar indicadores, constituídos a partir de dados do IBGE Cidades, já consolidados na bibliografia sobre desenvolvimento regional e em outros estudos aplicados de identificação do potencial socioeconômico de municípios, como por exemplo: o Valor Adicionado Bruto (VAB); Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*); Padrão de Remuneração da Força de Trabalho; Número de Empregadores por Habitantes, População Ocupada; População Residente; Situação dos Domicílios Urbanos e Rurais; Índice de Gini e Pobreza; entre outros.

A análise dos indicadores se justifica no fato de possibilitar um melhor entendimento sobre as dinâmicas locais do município de Guatambu, em Santa Catarina, assim identificando alternativas para geração de trabalho, renda e elaboração de Políticas Públicas que aproveitem o potencial interno e favoreçam o seu desenvolvimento.

A busca por alternativas em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho e à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela desvalorização do trabalho produtivo em relação à acumulação financeira tem sido um importante campo de atuação de diversos trabalhadores e movimentos sociais. Conforme Simionatto (2006), o processo de globalização - que prometia conquistas de bem-estar social, econômico e político para todos os povos e nações - transformou-se em “financeirização” da economia, obstaculizando processos ampliados de distribuição de bens e riquezas socialmente produzidos.

Esse processo na região oeste catarinense impactou, consideravelmente, na reestruturação da matriz produtiva, que conforme Poli (2006) intensificou o êxodo rural e a concentração urbana da população. Anterior a essa reestruturação, a economia da região se caracterizava basicamente pela agricultura familiar introduzida durante o processo de colonização. Processo esse, que era pautado por valores e formas de organização da produção e da vida comunitária, demarcado pela chegada dos imigrantes europeus, que buscavam na agricultura familiar um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região.

O município de Guatambu também foi influenciado pelo processo de reestruturação produtiva. Inicialmente, nas décadas de 1940 a 1960, a economia local era provida pelo rio Uruguai, responsável pelo intenso tráfego de madeiras (inclusive o Pau Marfim ou Guatambu) conduzidas por balseiros até a Argentina. Assim, a comunidade se desenvolveu basicamente da atividade de extração madeireira e agricultura de subsistência, em "terras devolutas" ocupadas por pequenas famílias agricultoras descendentes de imigrantes italianos e alemães, vindos principalmente do Rio Grande do Sul. Essas famílias não possuíam legalmente as terras, pois eram de propriedades das companhias colonizadoras que atuaram em toda a região oeste nas décadas citadas.

As décadas seguintes a 1960 foram marcadas pela diminuição da atividade madeireira por balsas. Com o avanço de novas tecnologias e aberturas de estradas de rodagem, a madeira passou a ser transportada por terra. Assim, a reestruturação produtiva tomou forma na comunidade de Guatambu, que passou a desenvolver a agricultura em escala maior, acelerando o processo de extração da erva-mate e a criação de suínos e aves.

Com o passar dos anos, esse processo de globalização e reestruturação produtiva - com o intuito de modernização do campo - acabou por trazer à referida região um padrão tecnológico danoso ao ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas, adubação química e o uso de agrotóxicos (POLI, 2006).

Segundo Lins e Mattei (2010), nas últimas duas décadas a reestruturação produtiva foi amplamente adotada pelas empresas catarinenses nos mais diversos setores. Citam a agroindústria de suínos e aves da região oeste, ocasionando mudanças no sistema de integração entre proprietários rurais e empresas. Com isso, a agricultura familiar do oeste catarinense se organizou em meio aos movimentos sociais, para viabilizar uma diversidade de iniciativas de produção que têm por base os princípios de cooperação, autogestão, sustentabilidade e solidariedade.

Dessa forma, as diversas alterações na dinâmica da atividade produtiva, concomitantemente com aspectos relativos ao movimento demográfico mais recente, exigem estudos que produzam informações aos gestores públicos, agentes sociais e econômicos para que consigam proporcionar maior desenvolvimento e bem estar social à população local.

A seguir, no capítulo 1, apresenta-se algumas reflexões sobre os paradigmas de desenvolvimento, destacando as vertentes com concepções mais sustentáveis e solidárias. Posteriormente, no capítulo 2, apresenta-se as associações de municípios catarinenses, que são consorciamentos intermunicipais que formulam importantes estratégias para enfrentar questões ligadas à gestão municipal e ao desenvolvimento econômico-social, por meio da construção de uma identidade político-territorial. No capítulo terceiro, serão apresentados os indicadores socioeconômicos da Amosc para possibilitar uma análise comparativa do município de Guatambu em relação aos demais.

1 - Reflexões sobre Desenvolvimento

A busca de alternativas e caminhos para a promoção do desenvolvimento tem se tornado uma preocupação constante nos últimos anos, em razão da chamada “crise do trabalho”, ocasionada pela dinâmica do capitalismo contemporâneo, que entre seus efeitos tem o “desassalariamento da economia” - devido ao aumento da informalidade, principalmente nos anos 1990, e a perda da centralidade do trabalho como principal vetor de integração social. Dessa forma, o emprego que deveria ser a referência fundamental e principal de constituição das identidades individuais e coletivas, não tem possibilitado amplamente as garantias de reconhecimento social.

A antiga lógica de atração de investimentos externos para geração de trabalho e renda, que acabou por resultar em expropriação da riqueza local e devastação da natureza, vem sendo substituída por uma visão renovada que valoriza ações coletivas e solidárias de enfrentamento ao desemprego e à pobreza. Esse modo de conceber enfatiza a importância dos territórios serem sustentáveis, valorizando soluções endógenas “a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223).

Ao colocar em questão as formas de desenvolvimento baseadas exclusivamente na atração de investimentos externos, uma concepção mais sustentável e solidária poderia apoiar-se nas chamadas economias locais e numa estratégia de ampliação da cooperação entre os trabalhadores para assim garantir a implantação de processos ampliados de desenvolvimento. Um instrumento utilizado para dinamizar as economias locais tem sido o microcrédito, que contribui de forma decisiva para formação de empreendimentos populares e redes de economia solidária, a exemplo das iniciativas do banco Grameen, em Bangladesh na Índia, liderado por Muhammad Yunus e do Banco Palmas na comunidade dos Palmeiras, em Fortaleza no Ceará.

Se por um lado o conceito de desenvolvimento permitiu um avanço significativo no sentido de deslocar a resolução dos problemas públicos para o território com maior protagonismo da sociedade civil, por outro lado, o problema ou a questão do como agir no território permanece. Dessa forma, há que se entender

esta preocupação com uma forma de valorização do modo de agir em desenvolvimento local, voltado para uma perspectiva de equilíbrio das várias dimensões compondo a vida num território parece muito próxima das preocupações que são comuns aos princípios, conceitos e práticas de economia solidária (ES). (FRANÇA FILHO, 2007, p. 4).

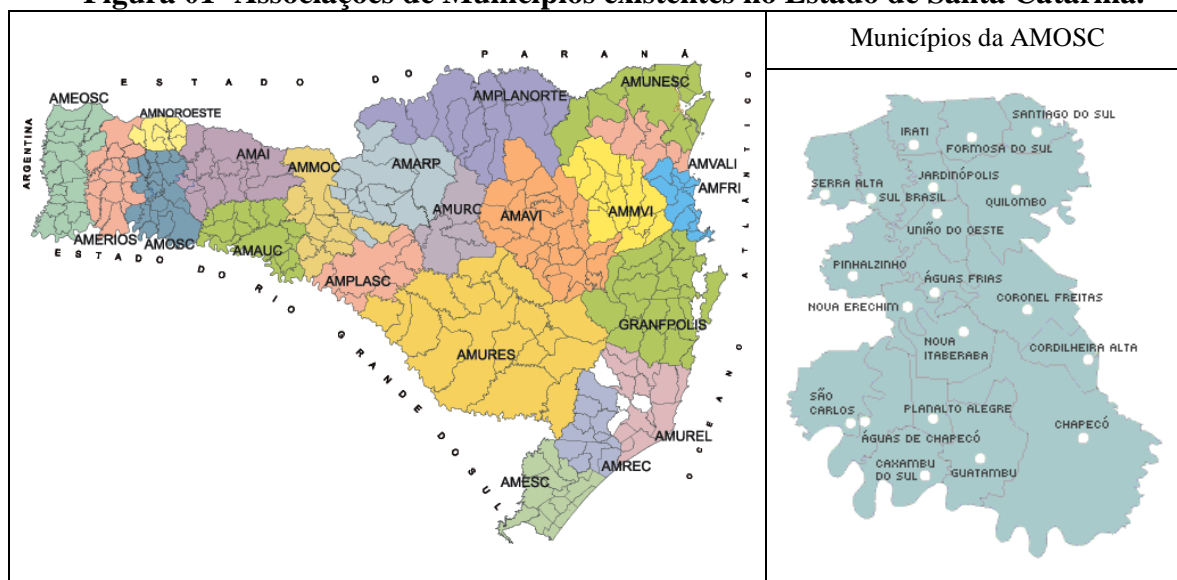
As práticas de economia solidária permitem perceber certas singularidades próprias, como por exemplo, enxergar a economia solidária como uma articulação inédita dessas três formas de economia (mercantil, não mercantil e não monetária), concebendo-a não como uma “nova economia”, que viria simplesmente somar às formas dominantes de economia, mas sim numa espécie de complemento, como ajuste às disfunções do sistema econômico vigente, com a dupla ambição de produzir valor de outra forma do que a economia de mercado e produzir solidariedade de outra forma do que o clientelismo e o assistencialismo (BRUM, 2003).

A perspectiva da economia solidária considera a visão complexa do humano, dotado de valores e comportamento que não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, pela incerteza. As práticas de economia popular e solidária ganharam em complexidade nos últimos anos no Brasil, afirmando-se como um campo de atores econômicos e políticos, voltados para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em suas localidades. Isto implica reconhecer não só a importância da dimensão econômica, mas também do social, político, ambiental e, principalmente, cultural.

2. A Realidade Regional Estudada: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

Fontes (2001) considera os consorciamentos intermunicipais como importantes estratégias para lidar com as questões municipais e regionais. Nessa direção, as associações de municípios catarinenses têm sido uma forma encontrada para enfrentar questões ligadas à gestão municipal e ao desenvolvimento econômico-social, por meio da construção de uma identidade político-territorial. A Figura 01 apresenta a relação geral das Associações de Municípios⁴ existentes no estado de Santa Catarina, com destaque para a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc).

Figura 01- Associações de Municípios existentes no Estado de Santa Catarina.



Fonte: Federação Catarinense de Municípios (Fecam), 2012.

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), terceira associação a ser criada no Estado, foi implementada em 11 de fevereiro de 1968, com o

⁴ AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense; AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios; AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Nordeste Catarinense; AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina; Amaí - Associação dos Municípios do Alto Irani; Amauc - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense; Ammoc - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense; Amarp - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe; Amurc - Associação dos Municípios da Região do Contestado; Amplasc - Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense; Amures - Associação dos Municípios da Região Serrana; Amavi - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí; Ampla - Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense; Amunesc - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina; Amvali - Associação dos Municípios do Vale do Itapocu; Ammvi - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí; Amfri - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí; Granfpolis - Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis; Amurel - Associação dos Municípios da Região De Laguna; Amrec - Associação dos Municípios da Região Carbonífera; Amesc - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

intuito de defender os interesses dos municípios associados. Com sede em Chapecó, a Amosc é composta por 20 municípios da região Oeste: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Pinhalzinho, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste, conforme Figura 01.

Os recursos para garantir o funcionamento e o alcance dos objetivos da Amosc vêm exclusivamente dos municípios consorciados. As principais atividades da associação se direcionam para as seguintes áreas de atuação:

Recursos humanos, jurídica, tributária, administrativa, execução financeira e orçamentária, informática, educação, saúde, serviço e assistência social, engenharia civil, arquitetura, agrimensura, cartografia e planejamento urbano e rural, planejamento para o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional (Amosc, 2003, p.1).

Para Santos (2012, p.71), a prioridade estratégica da Amosc é o assessoramento municipal e o desenvolvimento regional, sendo seus principais projetos: cartografia urbana, a elaboração de projeto de saneamento básico, além do apoio aos Consórcios do Meio Ambiente (Cidema⁵) e da Saúde (Cis-Amosc⁶), Instituto de Desenvolvimento Regional (Saga⁷), Credioeste⁸ e o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI⁹), que funcionam junto à Associação. A Associação também possui uma série de colegiados (educação, saúde, assistência social, de conselheiros dos direitos e tutelares, agricultura, cultura, entre outros) cujo objetivo é estudar e propor às administrações municipais medidas em suas áreas de atuação.

⁵ **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente (Cidema):** “Instituição criada com o objetivo principal de planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento econômico, social e as medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente do território dos Municípios consorciados, dando suporte às ações necessárias a serem desenvolvidas através do consorciamento de municípios”, (AMOSC, 2013, P.1)

⁶ **Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-AMOSC):** “foi constituído em julho de 1996 (...) com o objetivo de atender a comunidade regional com serviços técnicos de consultas e exames especializados, produção e aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos”, (AMOSC, 2013, P.1)

⁷ **Instituto de Desenvolvimento Regional (Saga):** “Organização não governamental, sem fins lucrativos, criada para atuar como braço operacional do FDRI, com o objetivo principal de planejar e executar as ações estratégicas para o desenvolvimento da microrregião, priorizadas através do Fórum Regional”, (AMOSC, 2013, p.1)

⁸ **Credioeste** “Sociedade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada no âmbito das microrregiões da AMOSC, AMAI e AMAUC, cujo objetivo principal consiste em promover o desenvolvimento econômico e social e combater a pobreza, através da concessão de crédito, criação, crescimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, dirigidos por pessoas de baixa renda”, (AMOSC, 2013, p.1)

⁹ **O Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI)** é “constituído de cento e quinze instituições públicas e privadas, cujas finalidades são de integrar as instituições públicas e privadas que representem a organização social do Oeste de Santa Catarina, e organizar o planejamento e execução de ações estratégicas, visando a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma integrada da região” (AMOSC, 2013, p.1).

Na sequência, serão apresentados indicadores socioeconômicos da Amosc para visualizar o cenário da região à qual Guatambu pertence ao mesmo tempo em que se produz uma análise comparativa desse município em relação aos demais.

3 - Os indicadores socioeconômicos da Amosc e o Potencial de Desenvolvimento de Guatambu.

Para que se possa entender qual o potencial econômico de um determinado município/região é necessário, inicialmente, compreender sua vocação dentre os três principais segmentos econômicos, Agropecuário, Industrial ou Serviços. Conforme Paiva (2004), as regiões onde mais de 30% do VAB (Valor Adicionado Bruto) é gerado na agropecuária e a População Ocupada rural na População Ocupado total igual ou superior a um terço são municípios/regiões tipicamente rurais. De fato, esses territórios dependem da agropecuária, sendo essa a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. Dentro da Amosc, os municípios que possuem mais de 30% do VAB são: Caxambu do Sul, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati, Santiago do Sul, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste, ou seja, nove dos vinte municípios da Associação (Quadro 1).

Quadro 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB)

Municípios AMOSC	A - VAB Agropecuária (mil)	% do VAB	B - VAB Indústria (mil)	% do VAB	C - VAB Serviços (mil)	% do VAB	VAB (mil)
Águas de Chapecó	21674	17,75%	61766	50,60%	38637	31,65%	122077
Águas Frias	12185	21,51%	10971	19,36%	33498	59,13%	56654
Caxambu do Sul	20148	35,06%	7983	13,89%	29330	51,04%	57461
Chapecó	53066	1,43%	1183121	31,99%	2462156	66,57%	3698343
Cordilheira Alta	5187	4,37%	30631	25,79%	82951	69,84%	118769
Coronel Freitas	54735	33,97%	33465	20,77%	72939	45,26%	161139
Formosa do Sul	14404	41,30%	3711	10,64%	16764	48,06%	34879
Guatambu	14910	12,03%	75990	61,32%	33028	26,65%	123928
Irati	11106	43,19%	2716	10,56%	11892	46,25%	25714
Jardinópolis	4868	27,40%	2051	11,54%	10848	61,06%	17767
Nova Erechim	11307	16,32%	23650	34,13%	34340	49,55%	69297
Nova Itaberaba	16160	30,00%	15515	28,81%	22186	41,19%	53861
Pinhalzinho	20138	6,07%	108984	32,87%	202424	61,05%	331546
Planalto Alegre	9133	28,09%	6277	19,31%	17102	52,60%	32512
Quilombo	49972	31,13%	25124	15,65%	85442	53,22%	160538
Santiago do Sul	8850	43,43%	1634	8,02%	9895	48,55%	20379

São Carlos	35468	24,16%	34044	23,19%	77321	52,66%	146833
Serra Alta	14345	33,26%	7564	17,54%	21223	49,20%	43132
Sul Brasil	14957	45,27%	3596	10,88%	14484	43,84%	33037
União do Oeste	13920	40,65%	3414	9,97%	16910	49,38%	34244

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Apesar dos dados do Quadro 2 não demonstrarem a situação de população ocupada rural e urbana, esses demonstram que, entre os nove municípios com mais de 30% do VAB proveniente da agricultura, a população residente rural é maior que a urbana somente nos municípios de Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Irati, Santiago do Sul, Sul Brasil e União do Oeste. Dessa forma, apenas esses últimos podem ser considerados municípios tipicamente rurais.

Quadro 2 – População residente e situação dos domicílios urbanos e rurais

Municípios AMOSC	População residente (pessoas)	População residente - situação do domicílio – urbana	População residente - situação do domicílio - rural	Domicílios particulares permanentes
Águas de Chapecó	6110	53,0, %	47,0, %	1958
Águas Frias	2424	40,5	59,5	724
Caxambu do Sul	4411	48,9	51,1	1417
Chapecó	183530	91,6	8,4	58774
Cordilheira Alta	3767	38,4	61,6	1113
Coronel Freitas	10213	59,4	40,6	3087
Formosa do Sul	2601	41,7	58,3	753
Guatambu	4679	37,4	62,6	1422
Irati	2096	21,4	78,6	662
Jardinópolis	1766	45,2	54,8	536
Nova Erechim	4275	75,1	24,9	1336
Nova Itaberaba	4267	35,9	64,1	1293
Pinhalzinho	16332	83,4	16,6	5106
Planalto Alegre	2654	40,2	59,8	804
Quilombo	10248	56,1	43,9	3104
Santiago do Sul	1465	44,4	55,6	431
São Carlos	10291	67,1	32,9	3241
Serra Alta	3285	55,9	44,1	983
Sul Brasil	2766	36,6	63,5	851
União do Oeste	2910	38	62	882

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Paiva (2004) também argumenta que uma elevada participação da agropecuária no VAB e na PO regional está correlacionada negativamente com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita regional/municipal, o que de fato podemos comprovar no Quadro 3 – PIB per capita

dos municípios da AMOSC. Todos os municípios classificados como tipicamente rurais encontram-se no quartil 3 ou quartil 4.

Quadro 3 – Produto Interno Bruto per capita dos municípios da AMOSC

Municípios AMOSC	PIB per capita	Quartil
Cordilheira Alta	36538,62	1º
Guatambu	28879,27	
Águas Frias	25599,14	
Pinhalzinho	22684,34	
Chapecó	22604,45	
Águas de Chapecó	20765,83	2º
Nova Erechim	17367,69	
Quilombo	16670,16	
Coronel Freitas	16585,57	
São Carlos	15241,86	
Santiago do Sul	14391,47	3º
Formosa do Sul	14281,73	
Serra Alta	13790,73	
Caxambu do Sul	13653,71	
Nova Itaberaba	13368,57	
Planalto Alegre	12896,75	4º
Irati	12661,54	
Sul Brasil	12323,17	
União do Oeste	12230,89	
Jardinópolis	10566,1	

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Um desdobramento possível, para municípios tipicamente rurais, é que a demanda sobre produtos agrícolas regionais não precisa ser essencialmente interna, ou seja, os produtos agropecuários contam com mercados externos de livre entrada, que, usualmente, são a fonte de demanda autônoma necessária ao desenvolvimento da divisão regional mercantil do trabalho.

Os Municípios cujo grau de participação do Valor Adicionado Bruto Industrial de 25% do VAB total e população ocupada na indústria seja maior que 20% não se sustentam apenas

com o mercado regional, mas é, ela mesma, exportadora e, por conseguinte, articula fontes internas de demanda sobre a produção agropecuária e, principalmente, sobre os serviços urbanos regionais, (PAIVA, 2004).

De outro lado, se nos depararmos com um VAB industrial superior a um quarto do VAB total e/ou uma População Ocupada (PO) industrial superior a um quinto da PO total, estaremos autorizados a suspeitar da existência de potencialidades imediatas na indústria regional. O município em análise, Guatambu, apresenta 61,32% do valor adicionado bruto proveniente da indústria, além disso, as pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em Guatambu, era de 2474, sendo 460 na indústria, ou seja, 18,59% do total ocupado. Dessa forma, pode-se inferir que há potencialidade nas indústrias desse município.

Por ser tipicamente industrial, Guatambu poderá encontrar nos municípios vizinhos (tipicamente rurais - Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Irati, Santiago do Sul, Sul Brasil, União do Oeste), formas de suprir a sua necessidade de possíveis produtos agropecuários, além de um terreno fértil para comercialização de industrializados.

Contudo, Paiva (2004) observa que a demanda sobre produtos industriais é tipicamente imperfeita, podendo ser alavancada por políticas empresariais e públicas especificamente voltadas a esse objetivo. Observa-se também, que diferentemente da agropecuária e de serviços, a indústria apresenta uma relação positiva (ainda que menor do que 0,6) entre PO na indústria/PO total e produtividade do Tr na indústria¹⁰.

Assim como na indústria, o indicador realmente relevante para a identificação de potencialidades regionais no Setor Terciário se encontra na produtividade do trabalho em serviços.

Devido às diminutas barreiras à entrada que caracterizam os serviços tradicionais (mormente o comércio a varejo, os serviços domésticos e alguns segmentos dos serviços de lazer e recreação), os mesmos tendem a se tornar o desaguadouro da População Economicamente Ativa (PEA) redundante na agropecuária, na indústria e nos serviços modernos, o que nos leva a concluir que — ao contrário da agropecuária e da indústria — o indicador realmente relevante para a identificação de potencialidades regionais no Setor Terciário se encontra na **produtividade do trabalho** em serviços. (PAIVA, 2004, p.31) grifos do autor.

¹⁰ Tr - [Tr é um índice em que a “relação schumpeteriana” (maior a produtividade, maior a competitividade, maior o emprego no setor) deve ser verdadeira para a Indústria, ainda que não pareça ser para os outros dois macrossetores (em particular para o Serviços, onde a correlação entre “produtividade” e “participação na PO” é fortemente negativa]. (Paiva, 2004, p.30)

Uma elevada produtividade em serviços é um indicador de possibilidade de expansão da rede de serviços interna com vistas a atender as demandas da periferia regional. Uma produtividade baixa no setor de serviços pode ser a expressão de um gargalo limitador da dinâmica regional.

Quadro 4 - População ocupada em serviços e VAB serviços

Municípios AMOSC	VA Serviços (R\$ mil)	Nº empregos serviços	Produtividade Serviços (R\$ mil)
Águas Frias	R\$ 2.617,92	216	R\$ 151,01
Guatambu	R\$ 30.725,82	254	R\$ 120,97
Cordilheira Alta	R\$ 9.250,79	784	R\$ 113,84
União do Oeste	R\$ 5.552,59	152	R\$ 102,32
Quilombo	R\$ 80.029,12	814	R\$ 98,32
Águas de Chapecó	R\$ 1.586,23	322	R\$ 98,09
Formosa do Sul	R\$ 12.820,71	134	R\$ 95,68
Irati	R\$ 1.214,00	124	R\$ 90,44
Coronel Freitas	R\$ 63.492,51	724	R\$ 87,70
Sul Brasil	R\$ 11.038,72	128	R\$ 86,24
Serra Alta	R\$ 6.449,27	191	R\$ 86,12
Nova Itaberaba	R\$ 9.525,42	235	R\$ 83,09
Pinhalzinho	R\$ 54.860,28	1976	R\$ 78,37
Nova Erechim	R\$ 25.267,08	326	R\$ 77,51
Santiago do Sul	R\$ 8.492,73	113	R\$ 75,16
Chapecó	R\$ 2.066.544,02	35868	R\$ 57,62
São Carlos	R\$ 3.713,66	1106	R\$ 57,61
Planalto Alegre	R\$ 14.077,33	268	R\$ 52,53
Jardinópolis	R\$ 9.170,00	175	R\$ 52,40
Caxambu do Sul	R\$ 23.971,92	2102	R\$ 11,40

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2008)

Guatambu apresenta a segunda melhor produtividade em serviços dos municípios da Amosc, o que representa uma oportunidade para seu crescimento apesar de não ser uma cidade polo. Isso se justifica pelo perfil industrial do município, assim possibilitando o surgimento de assessorias técnicas para indústria e oportunidade da alocação de trabalhadores não absorvidas pelo setor secundário.

Além disso, observa-se que os municípios e as microrregiões que se encontram relativamente afastados dos pólos consumidores responsáveis pela absorção de sua produção

mercantil de exportação precisam contar com serviços para contrabalancear as desvantagens nos custos de transportes (PAIVA, 2004).

O Quadro 5 demonstra que Guatambu apresenta a maior porcentagem de pessoas sem rendimento (35,89%) no total da População residente em domicílios particulares permanentes. Destaca-se também, que o município tem o menor percentual (49,43%) de Pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas com rendimento, em relação ao total da população.

Quadro 5 – Padrão de remuneração da força de trabalho

Municípios AMOSC	População residente em domicílios particulares permanentes	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento - economicamente ativas	% da pop.	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento - não economicamente ativas	% da pop.	Pessoas Sem rendimentos (ocupadas e não ocupadas)	% da pop.
Agua de Chapecó	5714	3125	54,69%	853	14,93%	1736	30,38%
Águas Frias	2389	1364	57,10%	412	17,25%	613	25,66%
Caxambu do Sul	4300	2498	58,09%	415	9,65%	1387	32,26%
Chapecó	178789	103748	58,03%	19416	10,86%	55625	31,11%
Cordilheira Alta	3738	2189	58,56%	440	11,77%	1109	29,67%
Coronel Freitas	10121	5942	58,71%	1334	13,18%	2845	28,11%
Formosa do Sul	2578	1315	51,01%	436	16,91%	827	32,08%
Guatambu	4647	2297	49,43%	682	14,68%	1668	35,89%
Irati	2024	1041	51,43%	356	17,59%	627	30,98%
Jardinópolis	1749	978	55,92%	251	14,35%	520	29,73%
Nova Erechim	4251	2420	56,93%	435	10,23%	1396	32,84%
Nova Itaberaba	4240	2322	54,76%	618	14,58%	1300	30,66%
Pinhalzinho	16154	9968	61,71%	1688	10,45%	4498	27,84%
Planalto Alegre	2631	1526	58,00%	359	13,65%	746	28,35%
Quilombo	10003	5919	59,17%	1132	11,32%	2952	29,51%
Santiago do Sul	1455	785	53,95%	201	13,81%	469	32,23%
São Carlos	10063	6228	61,89%	1158	11,51%	2677	26,60%
Serra Alta	3248	2160	66,50%	380	11,70%	708	21,80%
Sul Brasil	2715	1734	63,87%	317	11,68%	664	24,46%
União do Oeste	2881	1580	54,84%	481	16,70%	820	28,46%

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Conforme Quadro 6, existem municípios na Amosc como, por exemplo, Serra Alta, Sul Brasil, São Carlos e Pinhalzinho que possuem mais de 60% de pessoas ativas com rendimento, enquanto Guatambu apresenta apenas 49,43% do total da população, assim demarcando uma significativa ociosidade de potenciais trabalhadores. Características demográficas como um elevado número de crianças, em idade escolar, podem influenciar ou modificar esses dados e diminuir o número de pessoas com rendimento. Contudo pode-se inferir que Guatambu tem um potencial de mão de obra não remunerado que poderá futuramente entrar no mercado de consumo, caso haja criação de empregos formais, desenvolvimento da capacidade empreendedora ou ainda fomento a cultura associativista e cooperativista, assim fortalecendo a economia do município.

Quadro 6 – Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes e economicamente ativas com rendimento

Municípios AMOSC	% da Pop. Residente com rendimento
Serra Alta	66,50%
Sul Brasil	63,87%
São Carlos	61,89%
Pinhalzinho	61,71%
Quilombo	59,17%
Coronel Freitas	58,71%
Cordilheira Alta	58,56%
Caxambú do Sul	58,09%
Chapecó	58,03%
Planalto Alegre	58,00%
Aguas Frias	57,10%
Nova Erechim	56,93%
Jardinópolis	55,92%
União do Oeste	54,84%
Nova Itaberaba	54,76%
Aguas de capecó	54,69%
Santiago do Sul	53,95%
Irati	51,43%
Formosa do Sul	51,01%
Guatambu	49,43%

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Com relação à Estrutura do Mercado de Trabalho, Paiva (2004) aponta que a maior formalidade (empregos de carteira assinada) é fortemente correlacionada com o PIB per capita, com o número de empregadores por 1000 habitantes e, de forma menos intensa, com o

rendimento domiciliar declarado per capita. Ressalta-se também, que o grau de formalização do mercado de trabalho é fortemente condicionado pelo grau de industrialização de uma região. Dentre as variáveis citadas, optou-se por investigar o número de empregadores por 1.000 habitantes nos municípios da Amosc, pelo fato de Guatambu apresentar um grande percentual da população sem renda.

Número de empregadores por 1.000 habitantes é um indicador da capacidade empreendedora da região. Como é possível observar no Quadro 7, Guatambu tem a segunda pior média entre todas as cidades da Amosc, com 26,68 empregadores para cada 1.000 habitantes. Assim aponta-se que a criação de novos empreendimentos pode ser uma estratégia para o desenvolvimento de novos serviços no município.

Quadro 7 - Número de empregadores por 1.000 habitantes

Município AMOSC	População residente em domicílios particulares permanentes	Número de empresas atuantes	Número de empregadores por 1000 habitantes	Quartil
Jardinópolis	1749	115	65,75	1º
Pinhalzinho	16154	975	60,36	
Cordilheira Alta	3738	222	59,39	
Serra Alta	3248	191	58,81	
Nova Erechim	4251	237	55,75	
Águas Frias	2389	127	53,16	2º
Planalto alegre	2631	135	51,31	
São Carlos	10063	514	51,08	
Chapecó	178789	8544	47,79	
Nova Itaberaba	4240	179	42,22	
Coronel Freitas	10121	426	42,09	3º
Quilombo	10003	398	39,79	
Formosa do Sul	2578	89	34,52	
Águas de Chapecó	5714	194	33,95	
Caxambu do Sul	4300	140	32,56	
União do Oeste	2881	92	31,93	4º
Irati	2024	64	31,62	
Santiago do Sul	1455	44	30,24	
Guatambu	4647	124	26,68	
Sul Brasil	2715	65	23,94	

Fonte: IBGE Cidades (2011)

As informações dos Quadros 6 e 7 permitem inferir que as ações capitalistas de geração de emprego nessa região não conseguem absorver de forma contundente a população que dele

precisa. Uma alternativa poderia estar apoiada em soluções coletivas e autogestionárias, como as cooperativas e empreendimentos de economia solidária. Esses últimos ainda não possuem uma forma própria de constituição jurídica, sendo muitas vezes formados como associações, cooperativas ou grupos informais. Com base nos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2012, o número de pessoas que atuam nos 76 Empreendimentos Econômico-solidários da Amosc atingiu 44.736 pessoas em 2010, caracterizando-se como uma expressiva alternativa de inclusão sócio produtiva para trabalhadores dessa região. Ressalta-se que em apenas um desses empreendimentos, a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados Do Sul¹¹ (Cooperhaf) com sede no município de Chapecó, contempla 32.107 pessoas associadas em toda Mesorregião da Grande Fronteira Sul.

Paiva (2004) ressalta que o indicador (empregadores/1.000 hab) possui correlação positiva com a Renda Domiciliar Disponível per capita. Ao observamos o PIB per capita verifica-se que a produção do município de Guatambu, pelo número de habitantes, é o segundo melhor da região analisada (AMOSC). Entretanto, ao observamos o Rendimento mensal domiciliar per capita nominal, percebe-se que o desempenho decresce significativamente, assim caracterizando fuga de riqueza da produção gerada pelo município de Guatambu para outras localidades, se considerarmos a média dos demais municípios da Amosc.

Quadro 8 – Produto Interno Bruto Per capita e rendimento mensal domiciliar per capita.

Município AMOSC	E - PIB per capita (em reais)	Quartil	Cidade - AMOSC	Rendimento mensal domiciliar per capita nominal - valor médio (em reais)
Cordilheira Alta	36538,62	1º	Nova Erechim	890
Guatambu	28879,27		Chapecó	866
Águas Frias	25599,14		Serra Alta	791

¹¹ Diante do desafio de fazer os programas de financiamento habitacional chegar a todos os municípios, a Fetrat-Sul/Cut – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar percebeu que necessitava de um sistema organizativo. Então criou em 2001 a Cooperhaf - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares. Uma iniciativa pioneira, que além de levar informação aos seus associados, organiza grupos, auxilia no encaminhamento dos projetos, liberação dos financiamentos e prestação de contas, capacita, desenvolve e se responsabiliza pelo projeto técnico e o acompanhamento da execução na construção e reforma de unidades habitacionais tanto no meio rural quanto urbano. Já foram mais de 39 mil moradias construídas e reformadas para agricultores familiares de diversos estados do Sul (COOPERHAF, 2013, p.1).

Pinhalzinho	22684,34	2°	Pinhalzinho	775
Chapecó	22604,45		São Carlos	771
Águas de Chapecó	20765,83		Nova Itaberaba	727
Nova Erechim	17367,69		Cordilheira Alta	725
Quilombo	16670,16		Coronel Freitas	672
Coronel Freitas	16585,57		Águas Frias	635
São Carlos	15241,86		Caxambu do Sul	629
Santiago do Sul	14391,47	3°	Planalto Alegre	626
Formosa do Sul	14281,73		Guatambu	601
Serra Alta	13790,73		Santiago do Sul	590
Caxambu do Sul	13653,71		Quilombo	579
Nova Itaberaba	13368,57		Águas de Chapecó	578
Planalto Alegre	12896,75	4°	Jardinópolis	560
Irati	12661,54		Sul Brasil	555
Sul Brasil	12323,17		Formosa do Sul	554
União do Oeste	12230,89		União do Oeste	544
Jardinópolis	10566,1		Irati	514

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Um elevado PIB per capita com uma baixa renda domiciliar pressupõem uma ineficiente distribuição das riquezas geradas pelos municípios. Nesse caso o Coeficiente de Gini¹² apresenta-se como uma adequada variável de análise para tal constatação, pois apesar de majoritariamente usado para mensurar a desigualdade de renda, pode também ser usado para mensurar a desigualdade de riqueza.

Quadro 9 - Índice de Gini e incidência de pobreza

Município AMOSC	Índice de Gini	Município AMOSC	Incidência da Pobreza
Chapecó	0,38	Águas de Chapecó	29,96, %
Águas de Chapecó	0,36	Cordilheira Alta	11,61%
Pinhalzinho	0,36	Chapecó	33,77%
São Carlos	0,36	Pinhalzinho	30,77%
Coronel Freitas	0,35	Caxambu do Sul	29,88%
Formosa do Sul	0,35	Formosa do Sul	29,51%

¹² Esse coeficiente é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Iratí	0,35	Jardinópolis	28,25%
Quilombo	0,35	Quilombo	26,98%
Caxambu do Sul	0,34	Sul Brasil	26,96%
Guatambu	0,34	Iratí	26,89%
Nova Itaberaba	0,34	Planalto Alegre	26,64%
Sul Brasil	0,34	Serra Alta	25,96%
Nova Erechim	0,33	São Carlos	25,63%
União do Oeste	0,33	Guatambu	24,65%
Águas Frias	0,32	Nova Erechim	24,06%
Planalto Alegre	0,32	Coronel Freitas	24,03%
Serra Alta	0,32	Águas Frias	23,47%
Jardinópolis	0,31	Santiago do Sul	22,56%
Santiago do Sul	0,31	União do Oeste	22,55%
Cordilheira Alta	0,3	Nova Itaberaba	20,38%

Fonte: IBGE Cidades (2011)

Quanto ao grau de distribuição da renda, o Quadro 9 demonstra que Guatambu ocupa uma posição intermediária entre os municípios da Amosc. Verificando a incidência de pobreza, Guatambu apresenta um índice ruim (24,65%), entretanto em situação melhor em relação a outros 13 municípios da Amosc. O indicador Incidência de Pobreza classifica como pobres aqueles que não têm acesso a serviços básicos como esgoto sanitário, água canalizada, coleta adequada de lixo e energia elétrica, e na posse de alguns bens de consumo duráveis – geladeira, fogão, televisão, televisão em cores, telefone fixo e telefone celular. Apesar de um desempenho melhor que vários municípios, se considerarmos que muitos itens sem acesso são básicos, como água e luz, o índice de 24,65% representa um quantitativo muito elevado do total da população de Guatambu que não tem acesso a esses serviços. Essa limitação, na ótica de Sen (2000), privaria a população local de um processo de desenvolvimento ampliado, ou seja, para além das variáveis econômicas, pois para isso precisaria promover a melhoria da vida do indivíduo e remover suas principais fontes de privação de liberdade (pobreza, carência de oportunidades, interferência de estados repressivos e negligência dos serviços públicos).

Considerações Finais

Apesar do Quadro 2 apresentar que 62,6% dos moradores de Guatambu estão na área rural, pode-se inferir que o município não é tipicamente rural, pois apenas 12,03% do VAB é proveniente da agropecuária enquanto 61,32% é proveniente da indústria. Além disso, o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, no município de Guatambu, era de 2.474, sendo 460 na indústria, ou seja, 18,59% do total ocupado. Dessa forma, as atividades ligadas a industrial local representa um potencial de geração de trabalho, renda e desenvolvimento para o município, desde que os critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social sejam praticados pelos agentes desse segmento econômico. Da mesma forma, ao ocupar a segunda melhor produtividade em serviços entre os municípios da Amosc, representa uma oportunidade para o desenvolvimento de Guatambu, apesar de não ser uma cidade polo, ou seja, de referência na região.

O Quadro 5 demonstra que Guatambu apresenta a maior porcentagem de pessoas sem rendimento (35,89%) no total da População residente em domicílios particulares permanentes, também o município com o menor percentual de Pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa com rendimento, apenas 49,43% da população (Quadro 6), assim demonstrando a capacidade ociosa de pessoas desse município.

A produção do município de Guatambu, pelo número de habitantes, é o segundo melhor da região da Amosc (Quadro 7). Entretanto, ao observamos o Rendimento mensal domiciliar per capita nominal, percebe-se que o desempenho decresce significativamente, assim caracterizando expropriação de riqueza da produção gerada no município para outras localidades.

Quanto ao grau de distribuição de renda, percebe-se que Guatambu ocupa uma posição intermediária entre os municípios da Amosc. Contudo, na incidência de pobreza, Guatambu apresenta um índice ruim, 24,65% (Quadro 9), apesar de estar em situação melhor do que outros 13 municípios da referida região. Se considerarmos que muitos desses itens são básicos como, por exemplo, água e luz, os 24,65% representam um quantitativo muito elevado do total da população de Guatambu que não tem acesso a esses serviços, ocasionando à limitação da liberdade do indivíduo do município, pois a pobreza econômica se relaciona com ausência de liberdade no sentido que aquela “rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico” (SEN, 2000, p.18).

Com base nessas informações pode-se concluir que Guatambu possui potencial de desenvolvimento, especialmente se atrelado a iniciativas empreendedoras, que gerem novos empregos e possibilitem renda aos habitantes atualmente desocupados. Como os dados de produtividade do setor de serviços são altos, esse segmento produtivo pode ser de grande atratividade para investimentos. Contudo, as iniciativas empreendedoras não devem ser exclusivamente individuais e baseadas na atração de capital externo, mas sim apostar em iniciativas cooperativas e solidárias, resgatando laços históricos e culturais, que se apresentam com maior potencial de apropriação e distribuição local da renda gerada pelos agentes econômicos do município.

REFERÊNCIAS

AMOSC, Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina. **AMOSC - Aspectos Institucionais. 2013 Disponível em:** <<http://www.amosc.org.br/conteudo/?item=1794&fa=251&PHPSESSID=gc703hks405lnn00i nds1q40c3>>. Acesso em: 25 de Agost. de 2016.

BRUM. Argemiro Luís. **Economia Solidária** - elementos para compreensão. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 1, n. 1, jan./jun. 2003 p. 217-228

GUATAMBU: **A história.** Disponível em: <<http://www.guatambu.sc.gov.br/conteudo/?item=22955&fa=4110&PHPSESSID=ir8m6k3vr nfmqrqt5bccdoqqn2>>. Acesso em Dezembro de 2012

IBGE Cidades@: Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em Junho de 2016.

PAIVA, Carlos A. Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo. In: **Anais do II Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: FEE/PUC-RS, 2004. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/eeg/>>. Acesso em 26 jun. 2016

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: **Documentos FEE**, Porto Alegre. n.59, 2004.

PAULI, Evaldo. **História econômica de Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc40 03-4044.html> . Acesso em Janeiro de 2013.

SEBRAE. Santa Catarina em números – relatórios municipais. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/relatoriomunicipal.asp>>. Acesso em Janeiro de 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Adriane Schimainski dos. **As Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina**: um estudo dos seus processos de formulação e implementação de estratégias. Orientador, Jansen Maia Del Corso. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012a.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMIONATTO, I. **Estado e sociedade civil em tempos de globalização**: reinvenção da política ou despolitização? In Cadernos Especiais n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br> Acesso em 10 de Out. de 2016.

COOPERHAF. Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares. **A Cooperhaf**. 2013. Disponível em: <<http://www.cooperhaf.org.br/institucional>> Acesso em: 14 de Set. de 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Revista Organização & Sociedade**, 15 (45), 219-232. 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre. Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época, 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro. 2000. Tradução de The Great Transformation, publicado, originalmente por Reinhart & Company. 1944.

FONTES, Angela. Descentralização e Consórcios Intermunicipais. **Revista de Administração Municipal** - Municípios, Rio de Janeiro, ano 46, nº 231, set./out. De 2001: 9-12.

POLI, Odilon Luiz. **Economia solidária e formação humana**: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense. Campinas, UNICAMP, 2006. Tese de Doutorado.

FECAM, Federação Catarinense de Municípios. **Guia do Municípios Catarinenses**. Disponível em <<http://guia.fecam.org.br/associacoes/index.php>> Acesso em: Abr. 2016

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, Lauro. **Liberalização econômica e reestruturação produtiva**: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (orgs.). A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 109 -155.